Autoridade: obstáculos no ciberespaço

Gian Eligio Soliman Ruschel

Franciele da Silva dos Anjos Strohhecker

Sirlei Rigodanzo

Trazemos à luz o conceito de autoridade em Hannah Arendt (2016) para pensar algumas questões acerca do mundo social, do âmbito da ética, da política, e sobre o mal-estar na educação. Nossa escolha de fazer a reflexão sobre essas questões a partir da noção de autoridade de Arendt perpassa a primeira das considerações da autora acerca do tema: há uma crise de autoridade, e essa crise política, tem como principal sintoma a sua propagação para áreas entendidas como pré-políticas, como a educação (ARENDR, 2016). Assim, pensar o tema da autoridade em Arendt nos ajuda a pensar o papel da escola e dos educadores, em sua especificidade frente a sociedade contemporânea, bem como a relação dos adultos com as novas gerações. Há nesse conceito grande potencialidade de reflexão acerca da educação como condição de continuidade de mundo, de sociedade e de cultura no geral.

Antes de discorrer acerca dos efeitos da autoridade no contexto da educação e da sociedade, cabe entender o que autoridade não é, tendo em vista as concepções equivocadas acerca do conceito, principalmente na área da educação. A autoridade não deve ser confundida com autoritarismo ou violência. O conceito está, “tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos” (ARENDR, 2016, p. 129). Onde a força é utilizada não se tem autoridade.

Possivelmente de forma menos perceptível, a autoridade também não existe quando se precisa convencer o outro por meio do argumento e persuasão. A argumentação se dá em relações de ordem igualitária, como na democracia, nos âmbitos em que as relações intersubjetivas são feitas por cidadãos “já formados” e, por isso, iguais em teoria¹. Os equívocos que se originam da falta de diferenciação dos conceitos políticos, por exemplo, tendem a fazer uma aproximação exagerada entre as ideias de governo autoritário, governo totalitário ou tirania².

¹Daí a ideia de que “não se faz política” na escola, com os alunos. Não se faz política, pois política seria responsabilidade e problema do mundo adulto, dos iguais entre si. Aqui a autoridade não se dá em relação de igualdade entre o que ensina e os que aprendem.

²Em Arendt (2016), a corrente política liberal vê tendências totalitárias em toda a limitação política que se dê por autoridade, o que faz com que não se perceba que no governo em que há autoridade, diferente da

Essa distinção nos leva, à primeira vista, a uma pergunta: O que é autoridade? Se não pela força e nem pela argumentação, o que constitui e caracteriza a autoridade? Derivado disso, qual a noção de autoridade em uma sociedade imersa no ciberespaço? Parece-nos que autoridade, portanto, apenas é. Como um reconhecimento de ambas as partes de uma relação, mas é importante perceber que, na educação, essa autoridade se constrói na medida em que se constrói como uma anterioridade pedagógica através da tradição.

A tradição é vista como fio condutor que nos guia entre os domínios do passado, e o fato da humanidade perder esse fio condutor coloca em perigo toda uma dimensão de profundidade na existência humana. A crise da autoridade implica no risco do esquecimento e da perda do passado (ARENDRT, 2016), em perder a história e os elementos que nos constituem como historicidade. A autoridade aqui é entendida como uma condição básica para o próprio movimento da história, um ponto entre o passado e o futuro, de significativa importância para o que chamamos de preservação do passado.

Preservação, ou conservação, palavras abolidas da pedagogia, devem ser entendidas aqui como condição básica nessa continuidade de mundo. Se conservamos e transmitimos algo aos recém chegados no mundo é porque consideramos digno de conservação, como elementos emancipatórios, para dizer o mínimo, que gostaríamos que fossem preservados. Assim a ideia de autoridade está diretamente ligada a uma noção de responsabilidade.

Essa responsabilidade liga-se ao espaço que interliga o passado e o futuro, portanto é uma responsabilidade pela própria tradição, pelo mundo construído até então, que é apresentado às novas gerações, recém-chegadas nesse mundo já velho para elas. Autoridade pode ser entendida como uma necessidade natural, das crianças pelos mais velhos, ou uma necessidade política de “[...] continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros” (ARENDRT, 2016, p. 128). Professores e adultos, no geral, ao apresentarem esse mundo às novas gerações assumem essa autoridade e a responsabilidade pela continuidade do mesmo e pela construção constante de mundo comum.

A autoridade em Arendt potencializa a reflexão sobre a especificidade e do papel da educação e seu caráter conservador, que está na própria essência dessa ideia de educar

tiranias, há uma limitação a partir de leis, comumente não elaboradas pelo detentor do poder, mas por “uma força externa e superior a seu próprio poder” (ARENDRT, 2016, p. 134), vindo daí sua legitimidade.

considerando o encontro intergeracional. Assim reforçamos o caráter conservador da educação escolar e a transmissão em relação à tradição, se pensarmos em continuidade de mundo e sociedade. A autoridade nesse sentido surge como um comportamento de responsabilidade pelo mundo que ajudamos a criar e pretendemos transmitir.

Ciberespaço: a virtualidade do mundo

Se a autoridade entrou em crise a partir da modernização do mundo, e essa crise acompanha as grandes transformações das sociedades humanas, como podemos pensar esse conceito a partir da constatação de que há um ciberespaço, uma cibercultura e que essas transformaram imensamente as relações sociais? Essa questão será enfrentada a partir da compreensão desse ciberespaço e suas dimensões, a partir, principalmente, da obra *Educação ou barbárie: Uma escolha para a sociedade contemporânea* (2020) de Bernard Charlot.

Na era do algoritmo, passamos a viver na “cibercultura”, mediados por um ciberespaço, suposto espaço de diversidade e do amplo diálogo dentro de uma nova perspectiva de universalidade. Para Charlot (2020, p. 124), porém, o ciberespaço “não pode ser o lugar da cibercultura de liberdade, igualdade, criatividade, encontro do outro e de sua diferença sonhada por Lévy e outros autores”, pois sendo um espaço sem normas, é também um espaço sem regulação entre desejo e norma, ou seja, sem pedagogia. Para o autor também a educação tem seus espaços modificados pelo espaço fluídico da rede com a chegada das tecnologias digitais na escola, muito porque, a presença da web modificou “radicalmente as condições de produção, difusão e transmissão, recepção e aprendizagem de informações” (CHARLOT, 2020, p.107).

Entendemos, conforme Charlot (2020), que o ciberespaço é um espaço de fluxo constante dos desejos humanos, que se encontram uns com os outros, porém sem normatividade. Para Charlot (2020, p. 118), “esse espaço de circulação do desejo se pretende sem normas: qualquer norma é considerada como censura” e, nesse sentido, precisamos compreender um pouco mais esse espaço antes de afirmá-lo como a base de uma nova cultura humana. Portanto, “que uma cibercultura anuncia uma humanidade nova e melhorada é eminentemente questionável” (CHARLOT, 2020, p. 125).

É como se vivêssemos num espaço de dualidades, um lado que vê o ciberespaço como “um lugar de expressão, de circulação e de encontro de desejos”, ao mesmo tempo do outro lado vê “um lugar de expressão e de circulação de desejos transgressores -

eróticos, agressivos, desonestos e qualquer forma do fora da norma” (CHARLOT, 2020, p117). Logo, como educar nesse tempo acelerado e desregulado pelo ciberespaço,? Como a escola se posiciona em relação à "autoridade e o ciberespaço” ?

Educar em tempos de ciberespaço: a autoridade como desafio ético

O fenômeno que imaginamos ser o mais sério advindo da experiência em ciberespaço, diz das relações artificiais, líquidas, nascidas nesse espaço, de uma “conexão” mais assentada no narcisismo dos sujeitos do que no desejo de alteridade. Os afetos nascidos desse espaço, supomos, são desprovidos de algo que consideramos indispensável ao fortalecimento das relações e criação de vínculos, que é a entrega à presença alheia, o reconhecimento e preservação daquele que está à nossa frente. E é aqui que a relação pedagógica, que depende da autoridade, nos convoca. Sobretudo se reconhecermos a dimensão ética enraizada na noção de autoridade. Ética aqui como modo de ser especificamente humano e que decorre da nossa necessidade de nos vincularmos.

Isso nos remete ao que Paulo Endo (2011, p. 79) adverte: “a autoridade vem de um desejo de obediência que deriva do sentido que a autoridade empresta ao reconhecimento da singularidade”. Na mesma esteira do reconhecimento como algo inerente a autoridade, Carvalho (2017, p. 61), estudioso de Arendt, indica que “creditar autoridade a alguém significa reconhecê-lo como alguém capaz de esclarecer o obscuro”, porque o mundo é novidade, incerteza, nada evidente aos que aqui chegam. E é também “fazer escolhas e apontar caminhos enquanto não somos capazes de fazê-los exclusivamente a partir da própria capacidade de julgar” (CARVALHO, 2017, p. 61). Assim, compreendemos o papel da autoridade como sustentadora de uma formação que se pretenda ética - se entendermos por desejo ético-formativo o compromisso de assegurar condições para a singularização do sujeito - e que possa contribuir para a passagem de uma heteronomia à autonomia.

Se a autoridade é, ainda, a base onde se sustenta o desejo de preservação de algo, no caso da educação, da preservação de valores que os adultos consideram indispensáveis para a vida compartilhada, como ela pode ser possível em meio a um mundo com relações afetivas cada vez mais fragilizadas? Se a autoridade demanda reconhecimento, como isso pode ser possível hoje, num mundo e um espaço onde importa muito pouco aquilo que o outro é?

O percurso até aqui trilhado não nos permite responder a todas essas questões, mas nos indica que a autoridade, sobretudo a noção arendtiana, é significativamente potente para pensarmos a educação nos dias de hoje, porque mais do que nunca estamos carentes de alguém que nos reconheça como sujeitos que demandam cuidado, zelo, investimento afetivo. Porque a “autoridade só emerge como fruto de uma relação: ela se dá nesse espaço entre-os-homens e é sempre mediada por instituições. E ela só se institui pelo reconhecimento de sua legitimidade” (CARVALHO, 2017, p. 60). Algo, portanto, que somente um espaço pedagógico, regido pela norma, pode criar. Disso deriva que o ciberespaço, sem regulamentação, desprovido de norma, não pode ser formativo – ao menos não no sentido mais abrangente da palavra. Fato que nos desafia e convida-nos ao exercício da autoridade, no sentido de salvaguardar/preservar uma educação assentada em princípios civilizacionais, éticos, comprometida com o cuidado das novas gerações e do mundo.

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

CARVALHO, José Sergio Fonseca de. **Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2017.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou barbárie?** Uma escolha para a sociedade contemporânea. Tradução de Sandra Pina. São Paulo: Cortez, 2020.

ENDO, Paulo. Um futuro sem origem: transmissão, autoridade e violência. In **Autoridade e violência**/Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). Porto Alegre: APPOA, 2011